

5 JUN 1986

# Os dilemas de Carajás

Economia - Brasil

No encontro de Carajás, os mentores da política econômica do governo, reunidos em torno do presidente José Sarney, procuraram fazer apenas um balanço da situação atual, mais levantando problemas do que indicando soluções. Todos concordaram, pelo menos, em reconhecer a ameaça que constitui, para o Plano Cruzado, a existência de um vultoso déficit público.

Embora a imprensa insista em frisar a evolução favorável das finanças públicas, por ser a taxa de crescimento mais alta do que se havia previsto, a verdade é que, no encontro de Carajás, não foi possível discutir a fundo a situação das contas oficiais, por não dispor ainda o governo de um orçamento, em cruzados, das empresas estatais. Ora, aí reside, sem dúvida, o nó da questão, pois se sabe que, num ano de eleições, como este, será muito difícil reduzir os gastos de custeio (despesas com pessoal, basicamente) e que o serviço da dívida vai depender, em grande parte, do volume de recursos que será necessário captar a fim de tapar o rombo das

empresas estatais. É opinião quase geral que dificilmente se pode hoje pensar em reduzir o déficit; deve-se, pois, cuidar de impedir que cresça mais do que o previsto, financiando-o por meio de medidas não inflacionárias, que, todavia, não concorrerão certamente para a redução da dívida interna.

O governo tem, contudo, uma grande preocupação: o financiamento de investimentos, que se podem chamar de investimentos na infraestrutura econômica, e que dependem da atuação do próprio governo. A equipe econômica deste sabe que o setor privado não fará investimentos enquanto não tiver segurança quanto à disponibilidade de energia elétrica nos próximos anos, enquanto não puder contar com rede de transporte e instalações portuárias adequadas, com a oferta de aço, etc. De repente, o governo está compreendendo que o ligeiro salto econômico dado nestes últimos anos só foi possível graças ao aporte da chamada poupança externa, e que esse aporte de capitais foi necessário, ainda que hoje se tenha

de suportar o ônus que representa o serviço dessa dívida.

A questão é, pois, formar uma poupança interna que, sem desencadear pressões inflacionárias, permita financiar investimentos muito onerosos, aliás no momento mesmo em que se tem de pagar a dívida acumulada no passado. A cada dia, as autoridades governamentais se vão mais e mais convencendo de que existe uma grande poupança potencial, que, entretanto, para se converter em poupança real, requer modificações estruturais e, principalmente, certeza quase plena de que não se voltará à taxa de inflação do passado recente.

Essa poupança real situa-se nas disponibilidades de curto prazo que existem hoje no mercado monetário. O público e, sobretudo, as instituições financeiras não estão dispostos a aplicar a longo prazo tais recursos. Só o farão se existir um organismo oficial que garanta liquidez às aplicações por longo prazo e se houver um mecanismo que permita pactuar uma mudança de taxa de juros a in-

tervalo suficientemente curto para poder casar a remuneração das operações ativas com as operações passivas.

É preciso que se tome consciência (parece-nos que nem toda a equipe governamental o faz) de que isso reclama medidas que pertencem ao arsenal da ortodoxia. O governo conseguiu extinguir um dos componentes da inflação, a saber, o regime de indexação. Mas este poderá retornar mais depressa do que se pensa (a política salarial o comprova) se não forem eliminadas as outras fontes de inflação, ou seja, o déficit público e a expansão monetária.

Verifica-se, pois, que o objetivo do governo — consolidação de um crescimento econômico sustentado — depende da adoção de medidas clássicas que a equipe atual, quando na oposição, combatia. É preciso entender que o governo deve considerar que a inovação não deve consistir em reinventar as leis econômicas, mas em proceder a reformas estruturais que tornem a economia mais eficiente.